

TÓPICOS PARA UMA COMPREENSÃO DA CRISE NA AGRO-INDÚSTRIA SUCRO- ALCOOLEIRA

Theresa Atem de Carvalho, M.Sc.

Professora - Departamento de Serviço Social - UFF

ARTIGO

Resumo

Este artigo não pretende esgotar o assunto, só objetiva apresentar uma síntese do tema a partir da perspectiva de uma pesquisadora do social. O tema compreende a formação econômica e política de Campos a partir do Complexo Agro Industrial (CAI) sucro - alcooleiro no Norte Fluminense e sua crise.

1 Visão Geral da Questão Política e Econômica

O uso da cana-de-açúcar para produzir adoçante e álcool perde-se no tempo. Adoçantes, naturais ou não, são produzidos por quase todos os países do mundo tornando o produto açúcar vulnerável a crises econômicas e a manipulações políticas. Crises e manipulações acompanham desde o início a história da produção de açúcar e álcool que no Brasil sempre teve como base o poder e o controle dos mesmos agentes sobre as atividades agrícolas e industriais: antes os senhores de engenho, hoje os usineiros.

Segundo RAMOS (1991) isso se dá pela interação dos elementos históricos constitutivos de nossa formação econômica, social, política e cultural em que a própria história do complexo sucro-alcooleiro se confunde com a história do país. Essa constituição ainda se embasa no forte suporte do Estado, principalmente entre o pós-33, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA - e a promulgação da Constituição de 1988. A partir do ano de 1941 quando é estabelecido o Decreto-Lei 3855, "o IAA

ficou com a responsabilidade de cada vez que uma empresa da agro-indústria pedisse falência ou concordata, saneá-la e devolvê-la a seu proprietário" (PIQUET,1986).

Ramos também apresenta uma particularidade da agro-indústria sucro-alcooleira que é a necessidade do processo transformador se dar no próprio local do plantio, sendo que isto não ocorre necessariamente com outros produtos agrícolas. Assim, esse ramo produtivo constitui para esse autor um complexo de base territorial, onde o proprietário da indústria mantém o controle fundiário.

No Brasil, os proprietários de terras canavieiras raramente formam cooperativas de produção industrial e é reduzido o número de usinas ou destilarias sem terras próprias, o que reduz o controle da indústria pelos fundiários. Inicialmente, o complexo era de base territorial e se confundia com a sesmaria significando poder político. Até 1930, fora Pernambuco, apenas Campos (RJ) e Piracicaba (SP) tinham produção expressiva de cana-de-açúcar.

Hoje, o caldo e o bagaço da cana além de produzirem açúcar e álcool formam com eles matérias-primas para fabricação de inúmeras outras substâncias e produtos finais, tais como: adoçantes como sucralose e sorbitol, acetona, butanol, enzimas, acetato de butila, plástico bio-degradável (produzindo sacos, garrafas, cinzeiros, jarras e outros objetos) tijolos, papel, adubos, doces, carnes enlatadas, embutidos, bebidas, remédios e combustíveis. Isto, acrescido às múltiplas condições econômicas, políticas, sociais e culturais, faz com que os interesses

orquestrados e envolvidos sejam tão extensos que podemos dizer como SILVA (1991) que o que se tem realmente é um complexo Agro Industrial - CAI - que extrapola a base territorial.

Campos é um município de economia tradicional nesse ramo produtivo, com permanência de baixa produtividade da terra e qualidade do produto em um espaço de "modernização falha" (PIQUET, 1986) mantendo um precário desenvolvimento tecnológico e reduzida capitalização com o desenvolvimento de condições econômicas e políticas contrárias à diversificação agrícola e industrial. As usinas da região contraditoriamente não desenvolveram atividades econômicas e produção agrícola para o período da entressafra - como ocorreu em outros lugares - agravando as refrações da sazonalidade da produção e portanto, da manutenção dos postos de trabalho.

As tradições locais de domínio da natureza "rebelde", aliadas a essa forma de constituição da agro-indústria e a outras tradições sócio-culturais, possibilitaram uma formação social de empresariado e operariado ambos de formação rural, sujeitos também a condições que extrapolam a região, com predominância de administração familiar e uma tradição da luta de classes [2,1,7,4].

Os representantes das classes na região historicamente acionam o Estado: o empresariado no controle da força de trabalho e no permanente suporte econômico e financeiro, enquanto os operários, marcadamente os das usinas próximas à cidade, "desenvolveram lutas por melhorias salariais e pelo reconhecimento social ao direito aos investimentos públicos" (PIQUET, 1986). Momentos importantes dessas lutas foram os tenso períodos de 1929 a 1934, o final da década de quarenta, o início dos anos sessenta e dos anos oitenta. Em todas essas crises as intervenções estatais se fizeram presentes, reduzindo-as com verbas para os proprietários e legislação social para os trabalhadores.

2 Um Pouco da Geografia e da História Política Local

Campos dos Goytacazes situa-se na região Norte-Fluminense na fronteira com o estado do Espírito Santo, estado que conta com fortes incentivos fiscais. Esta proximidade vem sendo economicamente prejudicial aos municípios desta região do Estado do Rio.

O Norte-Fluminense foi uma região de mangues e lagoas espalhadas por extensa planície de solo de aluvião e massapê, limitada por parte da Serra do Mar, coberta pelo que resta da Mata Atlântica.

Os manguezais e lagoas que cercaram as "ilhas" de terras agriculturáveis, foram praticamente exterminados com dragagens, principalmente na década de setenta com o programa de obras do DNOS o qual contou com o suporte do IAA e expandiu a área utilizável de forma contraditória: o solo fértil ampliou-se aliado à secura do solo e ao baixo índice pluviométrico da região. Isto implicou também na redução da olericultura que era prática dos trabalhadores rurais que cultivavam hortas de subsistência às margens das lagoas. Essa geografia constituiu uma das condições para o estabelecimento de pequenas propriedades, o que não ocorreu em outras regiões onde predominam latifúndios, salvo em Piracicaba, São Paulo. Hoje, também há um movimento de concentração da propriedade de terras.

A partir da crise mundial iniciada em 1929 o município conheceu a estagnação, as usinas de outros municípios fluminenses fecharam e a produção foi se concentrando em torno de Campos. Hoje a população cresce menos e o município ocupa o 45º lugar em índice populacional do país com cerca de 450.000 habitantes. Sua representação política tornou-se inexpressiva, sendo sua renda per capita igual a das regiões mais pobres do Nordeste. No pós-II Guerra, a população de Campos desenvolve uma cultura de saudosismo e torna-se, nas representações populares, a "terra do já teve, já foi".

Esse período pós-guerra corresponde na região, não de modo síncrono, ao chamado "processo usineiro" de modernização tecnológica e de expansão da terra com cultivares canavieiros no espaço antes entregue a outras lavouras. Este processo em Campos, completa-se na década de oitenta quando até os "aceiros" (vias entre as "quadras" de cana que correspondem a uma pequena rua onde os trabalhadores podiam plantar para si nas margens) são negados. O uso de máquinas agrícolas mais largas, a necessidade de mais matéria-prima e as exigências de indenização pelo plantio destruído pelas máquinas agrícolas ou por demissão do empregado antes das colheitas, foram as justificativas da época para a negação do direito de plantar para sua subsistência. Isto agudiza a pauperização desses trabalhadores e desencadeia conflitos que em sessenta e cinco foram considerados por JUNGMAN (1971) como levando próximo a uma "explosão social". Excetuando Pernambuco, o local de maior movimentação desses trabalhadores foi a região de Campos que levou ao aprofundamento e complexificação da intervenção do Estado na relações entre classes que se manifestam no setor.

Segundo Pereira Pinto (RANGEL JUNIOR, 1992), os governos militares deslocaram os principais eixos rodoviários isolando o Norte-Fluminense, problema este também vivido por Juiz de Fora, MG. Esses mesmos governos criaram para se legitimar frente à população, leis trabalhistas rigorosamente fiscalizadas com a ameaça do corte de créditos para os industriais da região que protestassem contra o rigor, o que provocou resultados contraditórios como demissões em massa de operários e derrubada de muitas casas de vilas de usina, implicando na aceleração do êxodo para a periferia de Campos e do Rio de Janeiro, onde eram realizadas grandes obras como a ponte Rio-Niterói. Houve uma concentração de renda com a pauperização aprofundando-se, enquanto 5% da população local tinha sua

renda aumentada (1992).

Paralelamente à militarização dos governos da América Latina é determinado o embargo americano a Cuba, o que poderia trazer vantagens para os produtores campistas de açúcar, já que este produto regional é de qualidade semelhante ao da ilha e seu preço internacional foi elevado dada a redução de oferta. Porém, uma particularidade de Campos, segundo WANDERLEY, é que a articulação entre propriedade fundiária e propriedade industrial não impediu que a fração da classe dominante perdesse o poder político - contradição de um "capitalismo carente de capital".

Em 1975, após a primeira crise do petróleo, foi criado o Pró-Álcool só desenvolvido a partir de 1979. Ele tem como finalidade a manutenção da taxa de lucro das usinas através da troca do excedente da produção de cana em álcool carburante e não em açúcar, já com excesso de estoque. O Pró-Álcool administraria esta troca com o envolvimento do mercado automotivo interno. A partir de 1990 é praticamente desativado embora ainda tenha amparo legal para voltar a ser implantado noutras condições.

Naquele mesmo período de crise a Petrobras organizava-se para explorar o petróleo da Bacia de Campos, identificada anteriormente como área petrolífera. Em 1979 esta estatal iniciou seu processo de instalação no vizinho município de Macaé. Enquanto as usinas recebiam recursos para modernizarem-se, o próprio IAA pressionava os industriais a mudarem de ramo, de forma a manter na região só duas ou três empresas capitalizadas e com fornecimento regular de matéria-prima, já que a terra não produz o suficiente para suprir a capacidade produtiva das fábricas existentes. Uma particularidade regional foi a não implantação no período de novas unidades destiladoras autônomas.

Os dois eventos - a implementação do Pró-Álcool e da exploração pela Petrobras - oportunizaram novas alternativas para os trabalhadores, principalmente os jovens.

Surtem naquele momento dois caminhos políticos principais, entre outros: o que acompanha de forma tímida e pouco explícita o movimento dos operários do ABC paulista e no campo o de Guabira (SP) que opta por investir na "libertação individual" através da educação, quando os trabalhadores investem a qualquer custo na formação tecnológica própria ou dos filhos. Estes caminhos frequentemente cruzaram-se até meados da década de oitenta quando o primeiro vai se diluindo restando só o segundo.

Também, a partir deste período ocorrem transformações na região: os municípios começam a receber "royalties" da Petrobras, os jovens empregam-se em Macaé, podendo manter a família em Campos, principalmente quando trabalham "off shore", o número de faculdades, cursos superiores e de vagas para alunos já existentes aumentam e chegam à região pequenos industriais. O município embora ainda dependa parcialmente da ocupação na agro-indústria sucro-alcooleira, já tem uma cidade constituindo-se como pólo de vestuário, serviços em geral e ensino, o que oferece novas opções para os filhos dos trabalhadores, porém com redução drástica de vagas na economia formal, tornando estas opções inatingíveis.

A partir da Constituição promulgada em 1988 o Estado não se compromete mais a proteger as usinas falimentares, o que expande pelo país o processo de fechamento e falência das fábricas de açúcar e álcool. Dos 750 pequenos engenhos do século XVIII restam na região Norte-Fluminense seis fábricas todas com dificuldades na área financeira, problema apresentado também por empresas do ramo em São Paulo e no Nordeste, apesar dos altos preços que o açúcar estava alcançando no mercado internacional neste período. Foram eliminados na região cerca de 10.000 postos de trabalho direto. Este processo estancou-se momentaneamente durante a safra de 1996 com o aumento da produção local em 10% e o mesmo percentual de aumento real dos salários. O governo já promove desde 1994 reuniões para buscar caminhos visando a

reativação do Pró-Álcool noutras bases. Isto evitaria demissões maciças de "mão-de-obra não qualificada" e, frequentemente "não qualificável" para outras atividades, por múltiplas condições a que foi submetida e pelo desemprego estrutural que aprofunda-se aceleradamente pelo mundo.

Hoje o fechamento de usinas vem agravando a existente falta de alternativas de trabalho e reforçando uma forma de solução ampliada na região; busca em outras regiões condições de sobrevivência fora da submissão crescente e do poder baseado no favor pessoal e na lealdade, enquanto alguns proprietários rurais procuram se organizar para reabrir fábricas.

A economia local passa por um processo de transformação com uma forma de desenvolvimento, embora limitado, do setor terciário, apresentando refrações da mundialização da reestruturação produtiva com a chegada de lojas de cadeias que fogem da concorrência nos grandes centros, o que reduz preços para o consumidor e leva à falência as empresas comerciais locais que não têm como operar com uma economia de escala. Não se considera como parte de uma "globalização" este processo, já que ele não é mecânico, não ocorre do mesmo modo, nem em todos locais e ramos produtivos, nem tem consequências inevitáveis. Hoje os países signatários do Consenso de Washington já se reúnem para rever algumas decisões que têm se expressado em crises como esta.

Cabe à população e seus dirigentes construir formas de resistência e desenvolvimento.

3 Referências bibliográficas

- [1] FERREIRA, Avelino. Faria tudo outra vez. Rio de Janeiro: Imprinta, 1980.
- [2] GNACCARINI, José Cesar. Latifúndio e proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Polis, 1980.
- [3] JUNGMAN, Fernando. O Direito na

- agro-indústria açucareira. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1971.
- [4]PENHA, Evaristo. Nina Arueira: o resgate de uma memória. Rio de Janeiro: Ed. Folha Carioca, 1985.
- [5]PIQUET, Rosélia. Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate. Rio de Janeiro: Publipur, UFRJ, 1986.
- [6]RAMOS, Pedro. Agro-indústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil. São Paulo: fev, 1991. 2 v. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, 1991. Orientada por Tomás Szmrecsányi.
- [7]RANGEL JÚNIOR, Vicente Marins. Recortes da memória musical de Campos (1839-1965): subsídios musicais para a construção de uma história da cultura campista. Itaperuna : Damadá, 1992.
- [8]SILVA, José Graziano. Complexos industriais e outros complexos: Reforma Agrária. Campinas, ICEA: p. 9-34, set/dez, 1991.
- [9]WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Capital e propriedade fundiária. São Paulo: Paz e Terra, 1978.